



mais para que aqueles que ainda não confiaram possam, futuramente, reconhecer o valor do trabalho realizado. Enfatizou a importância da colaboração de todos os delegados, sem exceção, ressaltando que a tarefa é desafiadora, mas que juntos é possível alcançar os objetivos. Finalizou reafirmando seu compromisso com todos e solicitando que contassem com ele da mesma forma que ele conta com todos

O Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos os intervenientes, dando por encerrados os trabalhos pelas 22h15, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

F - J - A - J - P



ACTA NÚMERO 145

Ao décimo sexto dia do mês de Maio de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Federação Portuguesa de Rugby, sita na Rua Julieta Ferrão, 12 – 3.º Andar, reuniu a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), convocada nos termos do disposto no Artigo 20.º / 1.º dos respetivos Estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício 2023 e do Parecer do Conselho Fiscal;

2 – Diversos.

A Mesa da Assembleia foi constituída pelo respetivo Presidente, Tito Arantes Fontes, e pelo Vice-Presidente, Rui Jorge Rego.

À hora marcada para a primeira convocatória o Presidente constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, previsto no Artigo 20.º / 4.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (dezoito horas e trinta minutos).

Às dezoito horas e trinta minutos encontravam-se presentes 10 delegados a participar digitalmente, conforme lista de presenças anexa à presente acta e que dela faz parte integrante, número de delegados este que foi aumentando até 18 delegados, no decurso dos trabalhos da Assembleia.

Encontravam-se também presentes - para além do Presidente da Direção da FPR - os Srs. Francisco Martins, Vice Presidente da Direção da FPR, Mário Costa, Secretário-Geral da FPR, Nuno Salvador, Diretor de Competições da FPR, Etelvina Albino, Diretora da Financeira da FPR, Ana Maria Martins, Serviços Administrativos da FPR, e Nuno Fonte, da Tocha Chaves, Revisor Oficial de Contas e Conselho Fiscal da FPR e ainda dois profissionais da empresa Extreme Solutions, que asseguram o apoio tecnológico para a implantação do voto eletrónico que vamos usar nesta Assembleia. Todas estas pessoas foram admitidas a participar pelos delegados presentes, nos termos do Artigo 20.º / 10.º dos Estatutos da FPR.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente da Mesa colocou à votação dos delegados a autorização para a gravação da presente Assembleia Geral, de forma a facilitar a elaboração da acta, que foi aprovada.

O Presidente da Mesa passou, de seguida, a palavra ao Presidente da Direção para apresentar o Relatório e Contas de 2023, conforme o ponto 1 da ordem de trabalhos.

O **Presidente da Direção** iniciou a sua intervenção agradecendo aos presentes e destacando a excecionalidade do ano de 2023 para a Federação. Reforçou que, em termos internacionais, a Federação participou em todas as competições propostas, com sucesso significativo. Sublinhou a participação histórica de Portugal no Campeonato do Mundo e os bons desempenhos das seleções nacionais, tanto femininas quanto masculinas. Ressaltou ainda o aumento no número de inscrições e competições realizadas, o que gerou expectativas positivas para o futuro, apesar de alguns desafios organizacionais e financeiros decorrentes da participação no Mundial.

Nuno Salvador detalhou as competições organizadas ao longo da época de 2023/2024, destacando o crescimento da participação dos clubes e o aumento de praticantes, principalmente nas categorias de base. Informou que o calendário de competições para a temporada 2024/2025 está em fase final de conclusão e que serão implementadas melhorias no site da Federação. Explicou que, apesar de alguns contratemplos com a organização e a comunicação das competições, a Federação está a corrigir as falhas e a trabalhar em conjunto com os clubes. O diretor também mencionou o desafio relacionado com a escassez de árbitros, mas observou progressos nesse âmbito.

O delegado **Rui Neves** (Técnico) tomou a palavra e expressou preocupação com a situação financeira da Federação. Comentou que o Relatório não oferecia detalhes suficientes sobre os planos para resolver o estado de fragilidade financeira. Além disso, referiu que o Relatório do Auditor mencionava processos judiciais contra a Federação, incluindo uma ação do Clube de Rugby do Técnico, com valores substancialmente superiores aos 120 mil euros referidos. Luís Neves manifestou a sua insatisfação com a falta de soluções concretas apresentadas no Relatório, anunciando que, por essas razões, votaria contra o Relatório e Contas de 2023.

O delegado **Pedro Fragoso Mendes** (Direito) questionou se já havia alguma decisão judicial que condenasse a Federação ao pagamento de indemnizações ao Clube de Rugby do Técnico, como indicado por Rui Neves anteriormente.

Em resposta o **Presidente da Direção da FPR** disse que, até ao momento, não havia qualquer decisão judicial que condenasse a Federação ao pagamento de indemnizações. Acrescentou que, se tal decisão viesse a ocorrer, a situação seria tratada no devido tempo, salientando que não há qualquer especulação a fazer sobre este tema no momento.

Jorge Costa Santos (Escola Rugby do Porto) referiu ter lido o Relatório com atenção e questionou sobre uma referência dos auditores a um montante de 120 mil euros, alegadamente relacionado com uma condenação da Federação.

Rui Neves (Técnico) esclareceu que não havia mencionado decisões definitivas, mas sim a preocupação manifestada pelos auditores quanto ao montante em questão. Sublinhou que, se o processo fosse levado a cabo, os valores poderiam ser substancialmente superiores a 120 mil euros, conforme mencionado no Relatório e Contas, afigurando-se pois que a reserva que aí consta parece bastante insuficiente relativamente àquilo que é a realidade do que se está a pedir no processo judicial que está em apreciação.

A pedido do Presidente da Mesa, interveio **Nuno Fonte**, representante do ROC Tocha Chaves, esclarecendo que, à data do Relatório, as ações judiciais não estão concluídas e também que não se consegue perspetivar qual a probabilidade do modo como as mesmas podem vir a ser concluídas. No entanto, a Federação sabe da existência de quatro ações judiciais em curso, sendo, pelo menos uma delas essa que foi referida do Clube de Rugby do Técnico, com o valor atribuído de 30 mil euros. Acrescentou que, à data do Relatório, não havia decisões definitivas sobre esses processos.

Pedro Lucas (Técnico) clarificou que, em agosto de 2022, o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD) havia dado razão ao Técnico e definido uma indemnização de aproximadamente 990 mil euros. A Federação Portuguesa de Rugby recorreu da decisão e o Tribunal Central Administrativo do Sul, em fevereiro de 2023, manteve a decisão do TAD. Posteriormente, em março de 2023, o acórdão transitou em julgado, confirmando a condenação. No entanto, a Federação ainda não cumpriu a sentença, o que levou o Técnico a recorrer ao Tribunal de Execuções. Em outubro de 2023, o tribunal ordenou a execução da sentença, mas a Federação recorreu novamente. Concluiu que vários tribunais já haviam decidido a favor do Técnico e que o processo se encontra agora num recurso no Tribunal de Execuções.

O Presidente da Mesa, após mais alguma troca de esclarecimentos nomeadamente sobre os aspetos logísticos e de conteúdo da ordem de trabalhos da presente Assembleia, agradeceu a todos pelas intervenções e esclareceu que as questões levantadas, especialmente a referência aos 120 mil euros, estavam relacionadas com os processos em curso do Clube de Rugby do Técnico,



conforme explicado por Nuno Fonte (Tocha Chaves). A Assembleia foi informada de que as ações ainda não estão totalmente resolvidas e que não há decisão final sobre os montantes em questão. Interveio para lembrar que a ordem de trabalhos se concentra na discussão do Relatório e Contas do exercício de 2023 e no Parecer do Conselho Fiscal, e não sobre processos judiciais. Apesar de algumas tentativas de desviar o foco, o Presidente esclarece que a questão judicial já foi mencionada anteriormente e que ainda não há decisões definitivas para a Federação. A discussão continua centrada no ponto original da agenda e o Presidente reitera a necessidade de os delegados se manifestarem apenas sobre o Relatório.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou conjuntamente à votação o Relatório e Contas do Exercício de 2023 e o Parecer do Conselho Fiscal, tendo os mesmos sido aprovados com os seguintes votos;

Resultado da Votação:

A favor: 14 votos

Contra: 3 votos

Abstenções: 1 votos

De seguida, a Assembleia entrou no “Ponto 2 – Diversos” da Ordem de Trabalhos, tendo o delegado Jorge Costa Santos (Escola Rugby Porto) questionado se, perante o Orçamento aprovado em Assembleia anterior, a Federação está a pensar em efetuar um orçamento retificativo, tendo o Presidente da Direção esclarecido que considera por hora a questão prematura, sendo que em termos de tesouraria as necessidades se resolvem com os novos patrocínios e as verbas da World Rugby.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos os intervenientes, dando por encerrados os trabalhos pelas 21h 45m, lavrando-se desta Assembleia a presente acta, que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

